



**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO  
ESCOLAR  
PERSONS WITH DISABILITIES IN THE SCHOOL CONTEXT**SILVA, João Batista Ricardo da<sup>1</sup>**RESUMO**

O presente Artigo versará sobre a escolarização da pessoa com deficiência na conjectura da Educação Especial que subscreve toda a literatura a respeito da normatização regente dando ênfase a educação como um dos pilares para a inclusão social. As ações governamentais devem ser eminentes tendo em vista que as transformações serão constituídas por meio de políticas públicas para direcionar o trabalho escolar do país. Diante dessa realidade, o Ministério da Educação (MEC) elabora a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que se estrutura como modalidade de ensino perpassando o processo de escolarização, de forma complementar, suplementar e, em casos específicos, substituir a escolaridade ofertada nas escolas regulares. Desde a implementação da política inclusiva algumas ações vem sendo disseminada no meio educacional como: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado e outros. Com essas ações se configuram a proposta da Educação Especial no âmbito da Educação brasileira. A obtenção de dados para a composição do artigo se deu através de pesquisa bibliográfica e webgráficas Autores renomados, profundos conhecedores do assunto abordado, teceram considerações a respeito do tema.

**Palavras-chave:** Educação Especial, escolarização, política inclusiva.

**ABSTRACT**

This Article will deal with the schooling of people with disabilities in the Special Education conjecture that subscribes to all the literature regarding the governing standardization, emphasizing education as one of the pillars for social inclusion. Governmental actions must be eminent considering that the transformations will be constituted through public policies to direct the school work in the country. Faced with this reality, the Ministry of Education (MEC) elaborates the Special Education policy from the Perspective of Inclusive Education, which is structured as a teaching modality that permeates the schooling process, in a complementary, supplementary way and, in specific cases, replaces the schooling offered in regular schools. Since the implementation of the inclusive policy, some actions have been disseminated in the educational environment, such as: National Program for Continuing Training of

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras (Faculdade Gama e Souza – RJ) Especialização em Educação Especial Inclusiva (Faculdade FaSouza - Ipatinga – MG). E-mail - joao-ricardo2008@hotmail.com

Teachers in Special Education, Program for the Implementation of Multifunctional Resource Rooms and Training of Teachers for Specialized Educational Assistance and others. With these actions, the proposal of Special Education in the context of Brazilian Education is configured. Obtaining data for the composition of the article took place through bibliographic and webgraphic research.

**Keywords:** Special Education, schooling, inclusive policy.

## 1. INTRODUÇÃO

Este Artigo tem como objetivo compreender o processo de inclusão e do ensino aprendizagem dos alunos com deficiência no contexto escolar. O tema partiu do interesse em compreender de que forma esse processo inclusivo vem sendo posto em prática na última década, tendo em vista que o número de matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial vêm aumentando exponencialmente, principalmente nas escolas públicas. O presente trabalho elenca em sua percepção de que a educação brasileira perpassa momentos transitórios. A regulamentação de uma Base Nacional Comum se faz viável no contexto escolar, mediado pelas mudanças que o ensino vem passando neste tempo de avanços tecnológicos, lutas sociais por igualdade e oportunidades a própria cultura que se entrelaça na influência pelos parâmetros da globalização e na compreensão de como se dará o processamento da escolarização de alunos que apresentam comprometimento em suas vidas.

No capítulo um do presente Artigo encontram-se os procedimentos metodológicos que serviu de base para a realização do mesmo. No capítulo dois foi pesquisado acontecimentos que envolvem o percurso histórico da inclusão do cidadão com deficiência na sociedade brasileira. No decorrer do capítulo o leitor perceberá que não foi fácil a trajetória das pessoas com deficiência na luta por uma melhor qualidade de vida e ainda continua sendo difícil na atualidade. No subcapítulo dois discorreu-se a respeito das bases legais que asseguram os direitos às pessoas com deficiência. Foi dado enfoque aos trechos da lei voltados ao contexto escolar, tendo em vista as limitações desse trabalho científico.

No capítulo três foi feita uma abordagem teórica sobre os mecanismos utilizados pelos estabelecimentos de ensino que propiciam a inclusão e os recursos



pedagógicos parceiros da aprendizagem, este último tema posto como subtítulo do referido capítulo. No subcapítulo seguinte explanou-se sobre um assunto que está em voga: a acessibilidade. A ruptura de obstáculos que dificultam a circulação dos alunos com deficiência no ambiente escolar foi o principal tema discutido nesta parte do artigo científico.

Deseja-se que a leitura do presente trabalho seja enriquecedora em termos de conhecimento e diante da possibilidade de haver algumas lacunas, ao final encontra-se nas referências consultadas e utilizadas aporte para sanar eventuais dúvidas e aprofundar os saberes.

A busca da literatura ocorreu entre os meses de junho de 2017 a janeiro de 2018. A metodologia utilizada para a realização deste TCC baseou-se na revisão da literatura já existente. A obtenção de dados para a composição do Artigo se deu através de pesquisa bibliográfica e webgráficas, cujas fontes variaram desde livros de autores especializados no assunto a matérias veiculadas *em sites* na internet. Observou-se o posicionamento de cada autor em cada bibliografia pesquisada, bem como as semelhanças e contraste sobre o tema pesquisado. Foram utilizados os descritores: Educação Especial, escolarização, política inclusiva.

## 2. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação assume na sua atual conjuntura novos expoentes do programa de inclusão escolar que entrelaçam barreiras, mistificação de ideias distorcidas em relação ao ensino-aprendizagem de alunos com deficiência, o enfrentamento da exclusão que os mesmos presenciam pela sociedade e pelos grupos que passam em seu ambiente escolar para assumir uma postura contrária ao sistema de identidade homogeneizada por grupos sócio-políticos e educacional que estão a frente de nosso país.

A partir dos fundamentos elencados pelo Programa de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva implantado em 2008, na rede nacional de ensino brasileiro, mostra-se segundo a sua gênese que a escola é um meio indiscutivelmente de aprendizagem, constitui-se, sobretudo um espaço de conhecimento que não se submete e nem cria resistência em favor de quem se

adéqua para participar do currículo, mas, muitas das vezes, acaba contribuindo na marginalização daqueles que não se enquadram no perfil do processo escolar.

Leite, 2009, contribui para alicerçar o que foi mencionado anteriormente ao afirmar que

É indiscutível a importância de um ambiente escolar que favoreça a convivência harmoniosa entre seus sujeitos, seja para a promoção da aprendizagem, o principal objetivo da escola, seja para a formação do aluno de modo geral e o bem estar de todos.

Compreender a Educação Especial passa pelo pressuposto de enfrentar paradigmas que emergem desde os primórdios do conceito de escola. Com a ampliação do sistema de escolaridade voltado a esse alunado, o ensino passa a ser definido como uma modalidade, desse modo entende-se por meio da diretriz a não substituição da escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. O passo dado pela educação brasileira leva a instituição escolar à renovação de suas metodologias de ensino.

Sua articulação como mediador da proposta pedagógica escolar emana da disponibilização de serviços, recursos e ainda a garantia ao atendimento educacional especializado (AEE), a esses alunos. A promoção desse espaço na escola viabiliza o acesso à participação efetiva no cotidiano escolar, buscando eliminar os obstáculos inerentes das especificidades de cada deficiência.

Segundo Silva, 2010:

A escola deve ser concebida como instituição capaz e capacitada de disseminar o conhecimento, sendo assim, todos os alunos que a frequentam, deveriam desenvolver de forma adequada suas potencialidades, independentemente, de possuírem ou não uma necessidade mais específica na aprendizagem. Porém, quando há estudantes que não estão tendo evolução no seu processo de ensino e aprendizagem, no caso aqueles com necessidades educacionais especiais o currículo construído na escola pode inclusive torna-se um mecanismo de exclusão, um estigma da diferença.

A proposta curricular deverá orientar o trabalho pedagógico frente à Educação Especial e se consolidar com o Projeto Político Pedagógico (PPP), que estabelece horizontes de aplicabilidade nas práticas acessíveis de ensino, e todos os profissionais envolvidos nas instituições de ensino deve fomentar ações educativas que se estabelecem juntamente com as prioridades do processo

educativo desses alunos.

### **3.PERCURSO DA INCLUSÃO DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

A homem sempre demonstrou uma visão excludente ao se confrontar com um indivíduo acometido por alguma deformidade física e mental que destoasse dos padrões anatômicos do ser humano. Esse olhar diferenciado adentra os tempos hodiernos impregnado de preconceitos e discriminação em relação a essa forma equivocada de abordar o assunto. É notório, que durante séculos, a existência dessas minorias suscitava um sentimento de indiferença nas mais variadas sociedades e culturas, contudo elas sobreviveram as mais diversas atrocidades no decorrer de todo esse tempo.

Por meio das mudanças sócio-culturais e do progresso da ciência, entre os séculos XV e XVII, surge então os direitos reconhecidos como universais, oriundo de uma filosofia humanista. Com esse novo cenário mundial, eis que movimentos nacionais e internacionais com o intuito de organizar uma política de integração e de educação inclusiva, realizaram a Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, onde participaram representantes de oitenta e oito países e vinte e cinco organizações internacionais, com o objetivo de fortalecer políticas públicas direcionada ao compromisso para com a Educação para todos e providências de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais inseridos no sistema regular de ensino, assim como a reorganização da Estrutura de Ação em Educação Especial.

No tocante à realidade brasileira, ações não-organizacionais davam o pontapé inicial quase que invisivelmente, de forma assistencialista. Com a chegada do século XIX, com revoluções sócio-políticas foi fundada o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), em 1854 e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos), em 1856, imbuídos de cuidar da educação dessas crianças (com cegueira e surdez), contribuindo tanto na educação escolar quanto no desenvolvimento profissional. Com o surgimento dessas instituições de ensino, a elite da época pôde repensar

acerca da relação entre doença e deficiência, que envolve a pessoa com deficiência. Com o advento da Proclamação da República, o Brasil passa a administrar as decisões políticas, contudo as ações do Estado caminharam a passos lentos e não contribuíram de forma significativa no que diz respeito à inserção da pessoa com deficiência no seio social e nos avanços de atendimentos e reabilitações.

Por volta da década de 1930, com os novos nortes que a educação desenhava no panorama brasileiro, a crise orçamentária no ensino público e o processo burocrático de reformulação que esse sistema enfrentava para se reerguer, a escola de aperfeiçoamento, idealizada na época pela psicóloga e educadora Helena Antipoff, perdia a diretriz aos interesses políticos.

Tendo em vista que o Programa se intensificava socialmente pelo trabalho efetivado pela mentora e com o empenho de um grupo de médicos, educadores e religiosos, nasce a Sociedade Pestalozzi, em Belo Horizonte - MG, sendo fundada em 1932, para satisfizer à aspiração social na necessidade dos atendimentos as crianças excepcionais e colaborando no auxílio das professoras que trabalhavam em classes especiais. Esse trabalho educacional foi ampliado para todo o país.

Em 1954, com a dimensão expressiva que tomava, pela atenção e o amparo social que os pais recebiam nesse processo educacional foi instituída também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro, para mediar o olhar voltado às crianças e adolescentes com deficiência ao ingresso a educação, saúde e visibilidade social.

#### **4. BASES LEGAIS QUE ASSEGURAM OS DIREITOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA.**

A Constituição Federal de 1988 orientou os princípios para legitimizar os direitos sociais tomando como base a descentralização para municipalizar as políticas públicas e assim fazer cumprir em âmbito nacional, convocando a sociedade civil organizada a participar ativamente na ênfase dos direitos, incluindo também ao que se refere à educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

A Lei normatiza e estrutura de forma democrática a educação comprometida com a promoção do ingresso ao atendimento educacional especializado para alunos com deficiência em toda rede pública de ensino. Tal assunto também é tratado na LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão, outro instrumento legal importante que veio somar e oportunizar mais direitos às pessoas com deficiência.

Com a Conferência Mundial sobre Educação para todos, sediada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foi delineado, aos governantes participantes, as propostas no que tange às políticas educativas para serem cumpridas em âmbito mundial. Na ocasião, foi firmado um acordo onde as esferas governamentais deveriam assegurar à educação como um direito de todos, regendo a aprendizagem nas necessidades básicas de crianças, adolescentes e adultos em seus universos multiculturais. Tal regulamentação vem somar para o acesso e a participação da pessoa com deficiência no contexto escolar.

É elencada na História, a contextualização de progressos e renovações para solidificações legais que serão conduzidos pelo governo e outros seguimentos sociais tomando como análise à questão da inclusão escolar e a função da Educação Especial que se acopla a um padrão de reger o ensino dos então excepcionais que adota uma nova visão constitucional voltadas às necessidades educacionais especiais, conforme atesta o autor abaixo:

“especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem”. (EDLER CARVALHO, 2001, p.17)

É salutar ao ensino dispor de métodos e técnicas educacionais que torne



viável o estudo dos alunos, inerente as suas condições físicas, mentais e sensoriais. Dessa forma, a aprendizagem passa a ser a passagem para a superação e autonomia dos indivíduos que procuram alcançar esses objetivos.

Voltando à Declaração de Salamanca, um ponto crucial teve repercussão substancial ao tratar dos elevados custos financeiros que os estabelecimentos especializados de ensino detinham para mediar o desenvolvimento daqueles que delas necessitavam. As pesquisas realizadas pela UNESCO, baseadas em análise da situação dessas instituições educacionais, mostraram aspecto da condição do acesso e qualidade dos atendimentos:

A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições... [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento o número de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25)

O atendimento escolar para alunos com deficiência era mais eficiente em entidades onde grupos eram participativos, apoiadores do trabalho educacional das escolas integradoras. Segundo a UNESCO, foi verificado que na esfera internacional, especificamente em países em desenvolvimento, existia uma quantidade reduzida de alunos com necessidades educacionais especiais que estudavam em escolas especiais, uma vez que para tornar essas instituições aptas a receber o público em questão, era necessário haver gastos elevados por parte do governo.

Diante deste quadro, as instituições governamentais cientes de sua função social, por estar inserida no contexto internacional, passava a ter como pacto a preparação de propostas que propiciasse a inclusão e o reconhecimento da entrada da pessoa com deficiência no âmbito educacional, garantindo métodos e mecanismos para a execução do ato de aprender.

## **5.MECANISMOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE PROPICIAM A INCLUSÃO: ABORDAGEM TEÓRICA**

A escola, empenhada em sua função de contribuir na educação de todos os brasileiros, encontra-se cada vez mais atuante na educação inclusiva, empenhada em possibilitar práticas pedagógicas inclusivas que se pautem em inserir a pessoa com deficiência na convivência escolar. É notório que ainda é um desafio para implementar um programa técnico e humano, tendo em vista os percalços que ainda se encontra pelo meio do caminho, tais como a estrutura precária de ensino que temos atualmente e a falta de oferta de cursos de formação docente aos professores que lidam com alunos especiais.

A heterogeneidade revela uma abordagem biopsicossocial que circunda o os hábitos da vida diária da pessoa com deficiência, que carece circular pelas dependências das escolas e em espaços sociais. Englobam-se, nesse viés, fatores de suma importância como sua funcionalidade e também a insuficiência que rodeiam o cotidiano dessas pessoas correspondente ao seu contexto pessoal e ambiental.

Tendo em vista o exposto acima, a investida processual torna-se intrínseca a vida individual e social das deficiências, onde se ver com facilidade a presença de barreiras impostas a essas pessoas que diariamente encaram obstáculos de ordem física e social em qualquer espaço que frequentem levando ao distanciamento da convivência sócio-educativa e, sobretudo, da exclusão na sociedade em que vive.

Carvalho, 2003, p. 47 afirma que atitudes não se modificam num estalar de dedos. Decorrem de um longo processo, geralmente sofrido e com obstáculos afetivos e cognitivos a serem superados. Pensemos em atuações concretas que foram aflorando no decorrer dos anos mediante as batalhas conquistadas pelos familiares de pessoas com deficiência para garantir acesso às estruturas ambientais, apoio técnico a todo espaço físico e a chance de aprender em estabelecimento de ensino. Tomemos como exemplo a aprovação da Lei de Libras, da inclusão do autismo como deficiência, dentre outros.

## 6. RECURSOS PEDAGÓGICOS PARCEIROS DA APRENDIZAGEM

A base de pesquisas e métodos inovadores, a Educação Especial recebe subsídios mediante as especificidades decorrentes da limitação ou do comprometimento dos alunos com deficiência. Foram várias as tentativas para moldar formas que tornasse viável o desenvolvimento cognitivo, as desenvolvuras e o esquema de organização pessoal desse sujeito.

No Brasil, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, própria da comunidade surda, é reconhecida pela Lei 10.436/2002, assegurando o direito a uma comunicação que se propaga no sistema linguístico de natureza espaço-visual, tendo uma estrutura gramatical própria.

Ganham espaço a partir do reconhecimento dessa língua, o profissional intérprete educacional e o professor/instrutor bilíngue, ambos pertencentes à educação, que fazem a intermediação dos alunos surdos com os ouvintes em sala de aula e/ou em ambientes que necessitam desse serviço, como em congressos, palestras, conferências, simpósios etc..

Encontra-se acessível para esse público, recursos pedagógicos que os auxiliam no aprendizado como: livros, DVDs, dicionários adaptados com a língua de sinais( inclusive dicionários na versão *on line*), vídeos disponíveis no You Tube, materiais concretos que contribuem expressivamente ao ensino desse público.

Quanto aos alunos com algum tipo de deficiência visual, aqueles acometidos com baixa visão dispõem de auxílios ópticos e não-ópticos para beneficiar a ampliação de imagens com o intuito de que a visualização possibilite condições visuais satisfatórias, propiciando experiências vividas no âmbito escolar.

Os auxílios ópticos mencionados no parágrafo anterior ao alcance desses alunos são: óculos com lentes especiais, lupas manuais ou de apoio, no entanto, esses produtos devem ser prescritos por um oftalmologista. Quanto aos auxílios não-ópticos, que tornam o estudo acessível, há todo um cenário que envolve esse contexto, tais como o ambiente, o mobiliário, a iluminação e os recursos para leitura e escrita. São eles: uso de lâmpada incandescente e as fluorescente no teto; iluminação natural do ambiente; visores, bonés, oclusores laterais; contraste nas cores como: branco e preto, preto e amarelo; livros com texto ampliado; folhas com

pautas escuras e com maior espaço entre as linhas; canetas com ponta prosa preta ou azul-escura; lápis (6 b) com grafite mais forte; colas em relevos coloridas ou outro tipo de material para marcar objetos ou palavras; tiposcópio: dispositivo para isolar a palavra ou sentença; prancheta inclinada para leitura; lupa eletrônica: recurso usado para ampliar textos e imagens; sistema de câmera de televisão acoplado a um monitor que tem por finalidade ampliar o texto focalizado pela câmera chamado de circuito fechado de televisão e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) que são usadas como apoio tanto para estratégias pedagógicas quanto ao próprio discente.

O sistema Braille, um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo é um método que torna possível o aprendizado da leitura e a consciência da escrita para as pessoas cegas.

No aspecto manual encontra-se para a escrita Braille a prancheta, que é a base retangular compacta; a reglete, régua de plástico ou de metal; a punção, haste de madeira ou de plástico com ponta de metal e a máquina de escrever, equipamento mecânico ou elétrico com um grupo de três teclas paralelas de cada lado para representar a cela Braille com uma barra de espaço no centro e um regulador ajustável para a folha de papel e o soroban, que é uma calculadora.

Os alunos cegos, surdo cegos e com deficiências múltiplas dispõem ainda de uma técnica, que contribui para autonomia pessoal, denominado de orientação e mobilidade, essa etimologia compreende-se que a movimentação humana deve ser de forma orientada, com sentido, direção e seguindo parâmetros como pontos cardeais, guia para consulta de mapas, leitura de informações de placas com símbolos ou escrita, lojas comerciais, informações com pessoas a fim de alcançar um lugar desejado. Nessa técnica são utilizados o guia vidente, cão-guia e alguns tipos de bengala eletrônica.

Os recursos de ajustamento para alunos com deficiência física conglomeram ajustamento postural e mobiliário corresponde à cadeira de rodas adaptado a idade e a limitação corporal, mesa escolar ajustável, pranchas de comunicação,



engrossadores de lápis, tesouras adaptadas, plano inclinado, ponteira de cabeça, aranha-mola (para uso de caneta e lápis), tecnologias de informação e de comunicação acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colméias, sintetizadores de voz).

Todos os recursos pedagógicos mencionados neste capítulo e tantos outros existentes propiciam às pessoas com deficiência a participarem do processo escolar de forma igualitária, e ao mesmo tempo, quebrando barreiras.

Apropriar-se desses recursos é oferecer subsídios, apoio e, sobretudo, apontar meios que dirijam aos objetivos aspirados, conduzindo o ensino a práticas educativas, ações pedagógicas e a materiais didáticos capazes de conceder autonomia na participação plena do aluno com deficiência em seus estudos. Convém salientar que, quando se idealiza recursos de acessibilidade no estabelecimento de ensino logo se deve pensar nos mecanismos da Tecnologia Assistiva, que é um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida autônoma e inclusão, que auxilia diretamente a prática do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço da educação especial, oferecido no contraturno, em Sala de Recursos Multifuncionais. No subcapítulo que segue falar-se-á mais detalhadamente sobre os conceitos que envolvem o AEE e as Tecnologias Assistivas.

## **7.ACESSIBILIDADE: QUEBRA DE BARREIRAS QUE DIFICULTAM A CIRCULAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Com o advento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, a escola pôde estabelecer um diagnóstico de princípios que orientaram a práxis para educação escolar em território nacional, dando respaldo e um norte ao trabalho pedagógico perante aos alunos com deficiência.

A partir da implementação dessa política, permeia no ensino uma postura mais inclusiva, algo até pouco tempo não presenciado em sala de aula. Incorporou-se a esse novo processo de escolarização o combate à exclusão daqueles que não

atendam a identidade idealizada pela coletividade. .A educação especial passa a disponibilizar aos seus alunos recursos, estratégias de acessibilidade e serviços para o ambiente e, sobretudo auxiliar nos conhecimentos escolares.

Um dos arcabouços de maior importância na inclusão escolar foi o sistema educacional elucubrar as especificidades dos alunos com deficiência redefinindo a aplicabilidade de alternativas e adoção de técnicas pedagógicas educacionais voltadas à prática inclusiva.

Em 2008 foi implantado, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado, um serviço que vem somar-se a prática pedagógica da educação especial que:

“[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais”. (SEESP/MEC, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado tendo como pressuposto complementar e/ou suplementar a formação escolar, colabora para a preparação de recursos pedagógicos que venham diminuir as barreiras ao longo do processo de ensino-aprendizagem escolar dos discentes com deficiência. Esse atendimento é ofertado na rede regular de ensino, de forma obrigatória, tendo como espaço físico intitulado Sala de Recursos Multifuncionais, sendo parte integrante do projeto político pedagógico da instituição de ensino.

O Decreto 5.626, promulgado em 5 de dezembro de 2005 no país, dá a pessoa com surdez o direito a educação em sua formação escolar a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade

escrita, e que seja estabelecida como línguas de instrução, assegurando a aprendizagem das duas línguas de forma simultânea, a fim de que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma plena.

Com as modificações provenientes das políticas públicas a favor das pessoas com deficiência, a Lei federal nº 10.098/2000 preconiza que toda instituição escolar reestruture seu espaço físico de forma a torná-lo acessível, a fim de promover a circulação dessas pessoas em seus ambientes para sua maior autonomia.

A Portaria nº 142 realizou, em âmbito nacional, o Comitê de Ajudas Técnicas, cuja nomenclatura atual passou a ser Tecnologia Assistiva, amparado pelo Decreto nº 5.296/2004 e elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para subsidio tecnológico a essa parcela da população e tornar vasta o alcance da Tecnologia no Brasil. O Comitê assim descreve:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007).

Essa Tecnologia que visa dar aparato à pessoa com deficiência veio revolucionar, propiciando uma emancipação no deslocamento do conhecimento. Dessa forma, o cidadão adota uma postura de ser pensante que possui capacidades em volta ao seu espaço sócio- cultural.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vem servindo de modo considerável como um instrumento para o processo interativo e uma forma de transposição da inclusão de alguns indivíduos que delas precisam. Muitos consideram seu uso uma questão de sobrevivência.

A utilização das TIC's como ferramentas pedagógicas estão sendo cada vez mais agregadas ao cotidiano da escola, no entanto, o uso pleno, como instrumento que colabore para a construção de conhecimento ainda é algo que está longe de ser concretizado, pois o uso desses aparatos tecnológicos esta sendo

usado como um incremento para repassar determinado conteúdo da aula e não para o aluno construir por meio e com ele o seu conhecimento.

Com os avanços surgidos pela contemporaneidade, oriundo da globalização, tornou o ambiente social favorável às pessoas com deficiência, onde a discriminação passa a assumir um papel de vencer barreiras e superar isolamento social e preconceitos. Assim, a escola promove o encontro com a aprendizagem, possibilita a educação inclusiva, dando acesso às oportunidades a todo indivíduo de se fazer partícipe na sociedade.

Reconhece-se que as escolas do país possuem uma estrutura física

deficitária e que o professor não recebe capacitação que o torne apto para uma cultura de uso das tecnologias. O cenário é ainda mais grave quando envolve a utilização por parte dos professores que atendem alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), pois além da dificuldade destes profissionais em não conhecerem as necessidades desse aluno e nem como fazer sua aprendizagem acontecer, sua prática pedagógica não atrela nada que venha a inovar, o que acaba por igualar o aprendizado destes alunos aos demais da classe, e sabe-se que os alunos acometidos de certas deficiências tem um ritmo de aprendizado mais vagaroso.

O que foi exposto no parágrafo anterior é um percurso a ser enfrentado pelas esferas do poder público, como forma de concretizar da inclusão escolar. Esse conceito abrange toda sociedade em sua plenitude e subtendendo nesta indagação, o autor discorre:

"a inclusão é a inserção do aluno na classe regular onde, sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio apropriado às suas características e necessidades. O princípio da inclusão apela para uma escola que tenha em atenção a criança-todo, e não só a criança- aluno, e que respeite níveis de desenvolvimento essenciais - acadêmico, sócio-emocional e pessoal- por forma a proporcionar-lhe uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial".( CORREIA , 1997)

Inclusão significa, pois atender o aluno com NEE, mesmo o que apresenta dificuldades extremas, na classe regular, com apoio de serviços especializados. A função da inclusão escolar é abrangente e abarca todas as instâncias que compõem a sociedade. O respeito ao aluno com deficiência é um dos pilares que deve ser fincado diariamente e rotineiramente no espaço escolar. Entender as limitações desse alunado completa e dá sentido ao fazer pedagógico, pois atitudes como essas vão gerar no discente autoconfiança e vai lhe promover a dignidade, fazendo com que ele descubra seus potenciais e se sinta como parte integrante da escola.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases legais oportunizam a regulação da educação especial no Brasil,



refletindo o paradoxo da inclusão/exclusão que surgiu na História da Educação considerando padrões homogêneos nas instituições de ensino. As políticas públicas voltadas a educação buscam representar os anseios da coletividade em busca pelas modificações sociais, culturais e filosóficas com intuito de romper fronteiras oriundas da mesma sociedade em que coabitam, e uma delas é abordagem da inserção da pessoa com deficiência no contexto escolar, sem distinções.

Gerar uma aprendizagem contextualizada, expressiva, atraente para o aluno, é salutar numa proposta inclusiva, posicionando o discente com necessidades educacionais específicas no mundo em que se situa e onde se faz atuante. É indispensável propiciar-lhe a chance de aprender, interagir, inventar, refletir, criar e ter acesso a todas as ferramentas tecnológicas que o auxiliem a vencer as dificuldades com a qual se depara em virtude de sua limitação.

Toda forma de vinculação e instrução que se constitui para gerar conhecimento e potencializar a aprendizagem torna verossímil o ação educacional, instruindo dentro de seu universo específico o desenvolvimento das habilidades linguísticas, cognitivas e sócio-afetivas.

A aprendizagem dos alunos com NEE somente se estabelecerá mediado de maneira colaborativa, interativa e dinâmica por todos os atores envolvidos no sistema educacional brasileiro. Tendo por base esse norte, o PPP da escola deve propiciar a aplicabilidade de recursos, serviços e atendimento educacional especializado levando em consideração o comprometimento físico, mental e sensorial desses alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 19 jul. 2017, às 19h50min.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n. 017/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes**

**Operacionais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da 7ª Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas.** Brasília, 2007. Disponível em: < HTTP//WWW.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comitê de ajuda Técnicas/Ata VII Reunião do Comite Ajudas Técnicas. doc> Acesso em: dez .2017, às 17h.

CARVALHO, R. E. **Experiências de assessoramento a sistemas educativos governamentais na transição para a proposta inclusiva.** Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 7, p. 39-59, maio, 2003.

CARVALHO, Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 15 jun. 2017, às 13h50min.

CORREIA, L.M.. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares,** Porto, Porto Editora. 1997.

LEITE, Célio Rodrigues. **Convivência escolar: a questão dos conflitos entre alunos e professores e alunos.** Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/127\\_136.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/127_136.pdf) Acesso em 12 jun. 2017, às 13h17min.

SILVA, Vanessa Caroline. **Currículo na escola inclusiva: o estigma da diferença.**

Disponível em:

[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849\\_727.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849_727.pdf) Acesso em 12 jul. 2017, às 18h17min.